

Educação, globalização e educação a distância

Jane Mary de Medeiros Guimarães*

Este artigo procura refletir sobre as Políticas Educacionais adotadas no Brasil no que se refere às ações e aos programas na área de Educação a Distância e a inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação neste campo. Depois, aborda o processo de globalização e as novas demandas por informação e conhecimento, bem como as mudanças que as Tecnologias da Informação e Comunicação favorecem. O artigo discute, ainda, o uso pedagógico da Internet, que proporciona mudanças significativas na educação, sobretudo pela velocidade da produção do conhecimento, o que exige do professor uma constante atualização.

Palavras-chave

globalização, ciberespaço,
educação a distância,
internet

* Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona. Docente da Universidade Salvador (UNIFACS) e supervisora acadêmica do Pólo de Educação a Distância do Centro Universitário da Bahia (FIB).

janemg@terra.com.br

1. Introdução

A mundialização, ou globalização, é um fenômeno complexo, com variáveis múltiplas e multifacetadas, que vêm afetando não só a economia, como também as culturas de muitos povos com nuances diferenciadas.

Na América Latina e no Brasil, em particular, cresce o debate atual sobre os efeitos da assim chamada globalização na sociedade brasileira, uma discussão mais conseqüente que busca caracterizar a complexa relação existente entre as transformações econômicas, sociais, culturais e políticas que ocorrem em âmbito mundial e seus desdobramentos no plano da cidadania, dos direitos e da educação.

Começamos a sair de uma visão simplista acerca dessas transformações – compartilhada, paradoxalmente, tanto por apologistas quanto por alguns críticos da globalização – que se limitava a constatar as novas características da economia mundial, considerando-as como “fatos irreversíveis” que se refletiriam automaticamente nas demais esferas sociais, para análises mais rigorosas que buscam delimitar melhor os diferentes conjuntos de transformações em curso e as opções políticas que a partir deles se desenham.

Em meados dos anos 90, observou-se o surgimento e a rápida expansão da Internet como forma de comunicação e como fonte de informação e seu enorme potencial na educação. Apesar da crescente expansão, a informática e a Internet vêm encontrando dificuldades para conquistar o nosso sistema educacional de forma mais consistente. Como principal fator para a formação deste quadro podemos citar a questão das políticas educacionais. No caso da informática na educação, as decisões e as propostas nunca foram totalmente centralizadas no Ministério da Educação e Cultura (MEC), sendo isto fruto de discussões e propostas feitas pela comunidade de técnicos e pesquisadores da área, o que, de certa forma, pode resultar em um fator desacelerador do processo como um todo.

2. A política educacional brasileira e as tecnologias da informação e comunicação

A reflexão que pretendemos realizar no âmbito das Políticas Educacionais no Brasil diz respeito às ações e aos programas na área de Educação a Distância e a inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação neste campo. Pretendemos, pois, pontuar alguns limites e possibilidades das políticas que orientam essa prática educativa. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), assim como as Políticas em Educação e, em especial, as ações em Educação a Distância, atualmente apontam para o cruzamento de caminhos da Educação da Comunicação na busca de formar um cidadão que atenda às necessidades impulsionadas pelas transformações tecnológicas e a produtividade de forma expressiva, sob a égide de um novo patamar cultural.

As Tecnologias da Informação e da Comunicação e a nova situação mundial exigem a chamada Educação Continuada, recorrendo a uma reformulação da Edu-

cação de forma a possibilitar a adaptação do educando às novas tecnologias e às necessidades de mercado, de modo muito ágil e em curto prazo.

A Educação, como formadora de novas competências, e a comunicação, através dos novos artefatos tecnológicos, passam, então, a se relacionar diretamente com a infra-estrutura básica para o desenvolvimento econômico e social, expondo e ocultando ao mesmo tempo uma profunda contradição, a de que, no mundo atual, apenas um terço da população vai conseguir integrar-se ao mercado de trabalho.

Ficam claros os limites impostos pelo Estado de restrição social e aprofundamento da lógica da exclusão/inclusão. Preparar indivíduos educacionalmente para o mercado global não significa preparar qualquer indivíduo. Aqueles selecionados socialmente, isto é, com menos risco de fracasso, serão os mais facilmente capacitados, os que irão realizar um trabalho complexo, e por isso o sistema irá direcioná-los para as atividades curriculares e para a estrutura organizacional do ensino, a fim de capacitar essa fatia da força de trabalho a se adaptar produtivamente à ciência e às tecnologias transnacionais, às TICs, oferecendo à sociedade homens capazes de organizar a nova cultura empresarial.

Assim sendo, ao conceito de Educação a Distância articulam-se os conceitos de empregabilidade e competência, mediadas pelas habilidades computacionais, referentes ao domínio das novas tecnologias, restringindo todo o caráter socializador da Educação e de produtora de conhecimentos.

No nível da Educação, ainda, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) se encarregaram de dar ênfase às possibilidades das TICs no processo de ensino – aprendizagem. Portanto, para os que estão na escola parece se abrirem perspectivas internas e externas, à medida que as ações propostas nos programas de governo relativos à EAD e à Educação Tecnológica, como a TV Escola, o Programa de Informática na Educação (PROINFO) e o Telecurso 2000, dentre outros, deveriam se desenvolver conforme os PCN's. Isto é, no sentido de orientar a exequibilidade das competências e habilidades tecnológicas através do domínio das tecnologias disponíveis institucionalmente, modificando a instrução e a qualificação dos educandos.

O texto dos PCN's sugere que se produzam alterações nos processos comunicacionais e educacionais de aprendizagem, ampliando-se a inserção da cultura tecnológica na prática pedagógica, facilitando a possibilidade de se comunicar globalmente, transformando os alunos em agentes de novas formas culturais (Fonseca, 1999).

O uso do computador permite a cooperação e as interações que transformam o ambiente de aprendizagem, no entanto a consolidação desses processos implica a formação contínua dos professores, assim como a aprendizagem contínua dos alunos frente a essas tecnologias. Tomemos, para efeito de ilustração, as concepções e os objetivos acerca de Tecnologia Educacional, presentes nos discursos da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional e das Políticas Educacionais na década de 70. A Associação Brasileira de Tecnologia Educacional tinha como objetivo

inserir a Tecnologia Educacional na escola brasileira, fundamentalmente, o computador, de modo sistemático e generalizado, para planejar e avaliar o processo de aprendizagem e da instrução em termos objetivos e específicos. O que se desejava, apesar da generalidade do objetivo, era avaliar o produto educativo no âmbito da qualificação de mão-de-obra para o trabalho.

Na década de 80, a ABNT aproximou-se mais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e acolheu literalmente como finalidade o seu princípio de “desenvolvimento integral do homem inserido na dinâmica da transformação social, “o mesmo que se encontrava presente no Programa de Educação Continuada (EDUCOM)”. A presença da Educação Continuada revela a importância e a necessidade de permanência de uma ação educativa pública que contemplasse, não somente um Programa, como outros existentes na história da Tecnologia Educacional, mas uma ação contínua como imposição do mercado. Já nos idos de 90, a ABNT, insatisfeita em apenas reproduzir as expectativas do sistema, tenta inovar o discurso, buscando o uso das Tecnologias Educacionais na escola de modo crítico e reflexivo, com vistas à melhoria qualitativa do processo educativo, num trabalho sempre ligado aos objetivos e princípios pedagógicos traçados pela escola. Utiliza, então, o mesmo princípio e aprofunda a discussão crítica, investindo no discurso da melhoria de qualidade no processo educativo.

No Brasil, o ensino a distância, com a utilização de tecnologias como a Internet e a videoconferência, surgiu na segunda metade da década de 1990. Até então, a educação a distância era utilizada principalmente para ofertar cursos livres de iniciação profissionalizante e cursos supletivos, focados na complementação de estudos nos níveis de Ensino Fundamental e de Ensino Médio. Os materiais utilizados eram impressos, e as aulas, transmitidas por televisão, em programas de telecurso.

Todas essas mudanças no campo da Educação a Distância vêm acompanhadas de diversas vantagens: a flexibilidade de horário, que permite que o aluno estude nos horários que mais lhe convier; uma maior autonomia no estudo, que faz com que o aluno possa dedicar mais tempo aos assuntos que mais lhe interessem, sendo o principal responsável pela sua evolução no aprendizado; a flexibilidade e o espaço, permitindo que alunos que se encontram distantes fisicamente das escolas e universidades tenham acesso aos cursos desejados. Uma característica dos materiais didáticos mais modernos, desenvolvidos para a EAD, é o uso intensivo de elementos multimídia, como vídeo, áudio, computação gráfica e outros.

A conjunção dessas características confere à EAD um potencial de aumentar a eficiência do processo ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo em que amplia o alcance do mesmo. Entretanto, existe uma corrente de pensamento que defende que a EAD, diferente de ajudar a democratizar o ensino, atua exatamente de forma contrária. Uma vez que a grande maioria da população não tem acesso às novas tecnologias, qualquer elemento que valorize esses meios, sem disponibilizá-los para todos, estaria contribuindo para o aumento da desigualdade e, desta forma,

a EAD acabaria contribuindo para a exclusão digital, educacional e, conseqüentemente, social.

A polêmica em torno do tema não tem impedido o crescimento da EAD, pelo contrário. Segundo o primeiro censo feito no Brasil sobre EAD, divulgado em seminário realizado pelo Instituto Internacional da Unesco para a Educação Superior na América e no Caribe (IESALC), o Brasil tem hoje 84.713 alunos que cursam o ensino superior por meios virtuais. Até 2002, 33 instituições públicas e privadas brasileiras ofereciam 60 cursos de graduação e pós-graduação a distância. Esses números são significativos, principalmente se levarmos em consideração o fato de que, no Brasil, não houve investimento público ou privado para a criação de universidades a distância nas décadas de 1970 e de 1980 (Gadelha, 2002). O censo revelou também as formas utilizadas para a transmissão do conhecimento nas universidades a distância: os alunos recebem o material didático das disciplinas em forma de material impresso e digital, disponibilizado na Internet, contando com infra-estrutura de atendimento presencial, em centros locais e a distância, por professores das universidades consorciadas. As teleconferências, as videoconferências, o material impresso e fitas de videocassete ainda são amplamente utilizados.

Acompanhando o quadro atual, o futuro da EAD também é de constante ampliação. O Ministério da Educação planeja dobrar o número de alunos de graduação em universidades públicas, graças à EAD. Se, em 2004, existe cerca de 250 mil estudantes em cursos regulares de graduação nas instituições públicas, até o fim de 2006, o MEC pretende ter 500 mil alunos ligados a universidades públicas, metade deles matriculados em cursos a distância. Além disso, segundo o secretário de Ensino a Distância do MEC, José Carlos Teatini, 70 instituições públicas de ensino “já têm um planejamento pronto para começar os cursos. Até o fim do ano, a meta é passar de 11 mil para 21 mil alunos matriculados em cursos desse tipo. É uma contradição que, em um país em que apenas 1,3% da população está na universidade, o ensino a distância fique relegado a segundo plano” (Brasil, 2001).

Acompanhando a revolução digital, a nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) trata do assunto Educação a Distância, nos seus artigos 80 e 81, privilegiando como suas principais características flexibilidade, qualidade, criatividade, iniciativa, individualização, estímulo e autoconfiança do alunado.¹

Esse processo de conceitualização da EAD expressa toda uma dinâmica social atravessada pelas lutas hegemônicas, onde o cerne da questão é o público e o privado. Desse modo, tanto na concepção quanto na aplicação, a questão das tecnologias ocorre na arena de discussão do público/privado, e cada dia mais fica expressa, em seus atos e linhas, a tendência em atender de modo privilegiado o Estado, que agora não possui mais o divisor de águas. Cada vez mais, o local aproxima-se das normas e regras globais. A globalização é o ápice do processo de internacionalização, contando, de um lado, com o estado das técnicas, e de outro, com o estado da política. E, nesse sentido, no século XX, a técnica exerceu um papel essencial na emergência das redes digitais, como já colocado anteriormente, no mercado glo-

bal, desenfreando uma corrida no desenvolvimento das habilidades e competências que contribuam para a valorização do próprio mercado.

Os avanços dos processos de globalização vão delineando novos objetivos presentes nas políticas públicas de EAD. O antigo binômio educação e desenvolvimento vai se transformando paulatinamente em educação, desenvolvimento e cidadania, constatando-se um avanço na cidadania mas, também, da cidadania que passa prioritariamente pelo mercado. O sentido da cidadania, como mera expressão da força de trabalho, significa que a sociedade não foi capaz de garantir a sua universalização, e o sistema educacional do Estado, organizado como uma nova alavanca de compensação da desigualdade de oportunidade de uma sociedade de classes, ao proclamar a educação como direito do cidadão, contrapõe-se as suas premissas, uma vez que a questão das desigualdades é antecedente e ao mesmo tempo extrapola o mercado.

Do ponto de vista dos padrões de consumo, que fazem ponte entre os mundos da produção e da vida, segundo Bolaño e Lima (1999), a nova estrutura do sistema aponta para o crescimento relativo dos setores de serviços ligados à cultura e ao lazer. Nesse contexto, a importância da informática na vida das pessoas é inquestionável, sendo, portanto, a informatização geral da sociedade capitalista uma tendência avassaladora, que marca profundamente este início de século, levando à generalização de um tipo de sociabilidade centrado na comunicação eletronicamente mediada. Trata-se de algo qualitativamente distinto do que ocorria com a expansão dos grandes meios de comunicação que garantiram o poder das indústrias culturais, especialmente da chamada televisão de massa, durante o século XX.

Assim, o papel da EAD é de fundamental importância, uma vez que o caráter interativo dos novos meios traz embutidas, evidentemente, as possibilidades de novas formas de subjetividade e de socialização. Nessa direção, é possível que a inserção das TICs às situações educativas produzam novos sentidos, porquanto a interação com objetos culturais distintos impulsiona novas operações simbólicas, incidindo frontalmente na formação dos sujeitos.

As TIC podem não consistir apenas na mera incorporação de uma ferramenta auxiliar ao ensino; numa perspectiva tradicional, apontando em especial para uma comunicação horizontal libertadora. Isto significa que a democratização do conhecimento não se refere apenas à difusão/consumo do produto, mas à participação no processo de mundialização, o que incidirá numa reorganização do processo como um todo, da produção à gestão dos conhecimentos.

No caso específico da EAD, é importante pensar no processo de produção e circulação do conhecimento. Qual o papel do professor, do tutor, do aluno e do material e, mais que isso, quais as mudanças que ocorrem no processo de produção do trabalho intelectual, a fim de que o processo de subsunção do trabalho intelectual não reduza o processo de produção de sentidos a uma mera ação de controle?

Talvez pensar desse modo seja possível à EAD, através da inserção das TIC,

contribuir para a constituição de novos espaços de conhecimento que favoreçam à construção do processo de democratização e de universalização da educação, uma vez que a possibilidade de acesso a esses artefatos, cada vez mais, marca uma fronteira entre a inclusão/ exclusão dos sistemas produtivos do mercado de consumo, inclusive, do trabalhador da educação. A forma capitalista atual não permite que essa potencialidade se realize em sua plenitude, ela, apenas e contraditoriamente, abre possibilidades.

Pensar um plano de cooperação local/regional/mundial através da EAD pode ser um conceito de referência, com ênfase nas necessidades locais. O principal, nesse processo, é a possibilidade de experimentação/ inovação através de Projetos e políticas em EAD, cuja concepção de educação tenha como base a experiência formativa e o trabalho cultural como elemento de mediação, configurando-se um processo de produção e socialização de conhecimentos amplo e plural através da rede digital.

Avançar com políticas públicas de universalização e democratização da educação, concomitantemente a introdução das políticas de inserção das TIC nas escolas, é proporcionar debates teóricos críticos acerca das possibilidades e limites da EAD nas diversas áreas de conhecimento e não apenas fazer marketing de pacotes instrucionais em EAD, como acontece nos Congressos locais, nacionais e Internacionais.

Para pensar a EAD como uma prática social estruturante, transformadora, portanto, crítica, como um projeto político social local/regional/mundial como prioridade e possibilidade social, abrangendo os diversos níveis de ensino, é necessário discutir a questão do financiamento e alocação dos recursos públicos (não só compensatório, sucedâneo do presencial e que permite acesso, economia e rapidez, sob a ótica do mercado).

Deve-se pensar a Política de EAD como uma política de Educação e Comunicação, e não, um ajuntamento de ações fragmentárias acerca de tal processo educativo, trazendo-a para o âmbito dos fundos de financiamento e propondo ações sociais que pressionem o legislativo e o executivo nesse sentido.

É preciso refletir sobre o processo de trabalho pedagógico em EAD, como um trabalho intelectual, cultural, qualificado dos educadores, e não, como suporte das atividades pedagógicas, o que remete ao campo das políticas de formação dos profissionais da EAD, dos Cursos das Licenciaturas, das Universidades e dos Institutos de Educação. Propor uma gestão da EAD horizontalizada, capilarizada e cooperativa através das redes, ressignificando as funções da Universidade Virtual do Brasil (UNIREDE), Rede Nacional de Pesquisa (RNP), Internet de alta velocidade, no que diz respeito às possibilidades de produção de conhecimentos em EAD.

O papel da pesquisa é de suma relevância, substancializando-se através de experiências com ênfase nas questões locais, e as Universidades podem e devem exercitar o seu compromisso com o social a partir dessas novas possibilidades, estimulando os Cursos de Pós-graduação, a construção de bibliotecas virtuais, entre outros.

Articular ações com a sociedade civil, com os movimentos sociais e outros é importante, pois amplia as possibilidades reais de universalização e democratização das Tecnologias da Informação e Comunicação, sendo imprescindível, portanto, na construção de uma Sociedade da Informação, que se concretize de fato e supere os seus limites.

3. A globalização e as novas demandas por informação e conhecimento

As conexões em rede dos processos econômicos, políticos e culturais criam novas assimetrias, fontes de inclusão e exclusão, que precisam ser redefinidas em cada contexto específico. Esse novo espaço redefine os processos produtivos, as relações de trabalho e as relações culturais. Conceitos, modelos, imagens, sensações sensoriais, diagramas de fluxos de comunicação se metamorfoseiam em ritmos e modalidades diferenciados, redefinindo o jogo da interpretação e da construção da realidade. O hipertexto (conexões de palavras, páginas, imagens, gráficos, seqüências sonoras etc), com suas redes originais de interfaces, reorganiza os caminhos possíveis do conhecimento, redireciona os sistemas cognitivos humanos e, conseqüentemente, o papel do ato educativo. No panorama dessas mudanças, a educação é chamada a se tornar elemento ativo e fundamental na produção de conhecimentos e tecnologias consideradas, na nova sociedade da informação, como vetores de desenvolvimento econômico e social (Brennan, 2002).

As tecnologias da informação e comunicação estão provocando profundas mudanças em todas as dimensões da vida contemporânea. Elas estão colaborando, sem dúvida, para a modificação da história mundial, descortinando um panorama novo de redes globais de economias, fomentador de processos universais organizados em torno da hierarquia de inovações, das conexões de telecomunicações e da divisão espacial internacional do trabalho. A lógica característica deste novo espaço é fundamentada em torno dos fluxos de informação, da descontinuidade geográfica e do desenvolvimento de constelações livremente inter-relacionadas, que minimizam cada vez mais a contigüidade territorial e maximizam as redes de comunicação em todas as suas dimensões (Castells, 1999). Desde o surgimento da máquina a vapor, da eletricidade, do telefone, do carro, do avião, da televisão, do computador e, atualmente, das redes eletrônicas, vêm ocorrendo uma extraordinária expansão do capitalismo e o fortalecimento do modelo social urbano.

Nas últimas décadas do século XX, uma nova cartografia do planeta foi redesenhada a partir da inserção de diversos países na sociedade da informação. Constata-se o surgimento de uma economia em escala global, pautada em forte impulso tecnológico. A relação conhecimento versus informação avança em ritmo acelerado, levando cada sociedade a gerar seus sistemas organizacionais e de formação continuada, numa tentativa de inserção neste espaço global. As tecnologias da informação e comunicação, as telecomunicações, as novas mídias, a informática

e a indústria eletrônica reorganizam conteúdos, tornando-se força motriz da formação humana (Brennan, 2002).

Os impactos desse fenômeno sobre as estruturas sociais têm como consequência a diversificação dos conjuntos de conexões que formam a sociedade, evidenciando a necessidade de estruturação de estratégias específicas baseadas em um pano de fundo cultural, social e político, no sentido de garantir a inclusão das sociedades neste novo cenário.

O Relatório Jacques Delors (2000), da UNESCO, mostra, com muita propriedade e transparência, os traços da nova carta mundial assinalada pelo elevado grau de competitividade, trazido com o processo de mundialização que ampliou, de forma determinante, a demanda por geração de informação e conhecimento. A dinâmica desse processo é marcada pela emergência de redes científicas e tecnológicas entre grandes corporações no mundo inteiro, ligando centros especializados e fazendo surgirem novos pólos de dinamismo, baseados no comércio mundial. Informação e conhecimento, nesse contexto, passam a ser considerados como as fontes, por excelência, de poder e riqueza (Delors, 2000).

Na essência, não são as tecnologias que mudam a sociedade, mas a sua utilização dentro do modo de produção capitalista, que busca o lucro, a expansão, a internacionalização de tudo o que tem valor econômico. Os mecanismos intrínsecos de expansão do capitalismo apressam a difusão das tecnologias, que podem gerar ou veicular todas as formas de lucro. Por isso, há interesse em ampliar o alcance da sua difusão, para poder atingir o maior número possível das pessoas economicamente produtivas, isto é, das que podem consumir.

Tanto as tecnologias - o hardware - como os serviços que elas propiciam - os programas de utilização - crescem pela organização empresarial que está por trás e que as torna viáveis numa economia de escala. Isto é, quanto maior a sua expansão no mercado mundial, mais baratas se tornam e, com isso, mais acessíveis. A rede Internet foi concebida para uso militar. Com medo do perigo nuclear, os cientistas criaram uma estruturação de acesso não hierarquizada, para poder sobreviver no caso de uma hecatombe.

Ao ser implantada a rede nas universidades, esse modelo não vertical se manteve e, com isso, propiciou-se a criação de inúmeras formas de comunicação não previstas inicialmente. A Internet continua sendo uma rede para uso militar. Também continua sendo utilizada para pesquisa no mundo inteiro. Mas agora existe também para todo tipo de negócios e formas de comunicação. A tecnologia basicamente é a mesma, mas hoje está mais acessível, com mais opção, mais mercados, mais pessoas.

É possível criar usos múltiplos e diferenciados para as tecnologias. Nisso está o seu encantamento, o seu poder de sedução. Os produtores pesquisam o que nos interessa e o criam, adaptam e distribuem para aproximá-lo de nós. A sociedade, aos poucos, parte do uso inicial, previsto para outras utilizações inovadoras ou inesperadas. Podemos fazer coisas diferentes com as mesmas tecnologias. Com a

Internet, podemos nos comunicar-enviar e receber mensagens- podemos buscar informações, fazer propaganda, ganhar dinheiro, divertir-nos ou vagar curiosos, como voyers, pelo mundo virtual.

Segundo Moran (1994), estamos não só assistindo à criação de uma nova história testemunhada, como também vivendo um novo reencantamento, porque podemos participar de uma interação muito mais intensa entre o real e o virtual, escrevendo histórias e redesenhando caminhos. A possibilidade de estarmos conectados, efetivamente, com milhares de computadores, através da comunicação virtual, redimensiona nosso lugar na sociedade. Embora possamos pensar que permanecemos em casa ou no escritório, podemos navegar sem nos mover, trazendo dados que já estão prontos, conversando com pessoas que não conhecemos e que talvez nunca veremos ou encontraremos de novo.

Essa possibilidade abre espaço para um novo reencantamento. Estamos numa fase de reorganização de todas as dimensões da sociedade; do econômico ao político; do educacional ao familiar. Percebemos as mudanças nos valores, nos referenciais teóricos com os quais avaliávamos o mundo. A economia muito mais dinâmica provoca uma ruptura visível entre a riqueza produtiva e a riqueza financeira. As mudanças são inúmeras na relação entre capital e trabalho. No âmbito da política, diminui a importância do conceito de nação, aumenta o de mundialização, de inserção de economias e culturas em políticas mais amplas. A atuação dos partidos políticos é difusa; eles tornam-se pouco representativos dentro desta nova realidade. Nesse contexto, as sociedades procuram outros espaços de fortalecimento das identidades ameaçadas através de movimentos sociais, criação de Organizações não-governamentais (ONGs), como novas formas de participação e expressão. Cresce a sensação de que somos mais cosmopolitas, porque recebemos influências das mídias das mais diversas, em todos os níveis, desde os mais cotidianos aos mais simbólicos. É um momento de procura da identidade no regional, no local e no pessoal. Procuramos, sem cessar, o nosso espaço diferencial dentro da padronização mundial, tanto no que se refere ao espaço coletivo quanto ao individual.

4. Mudanças que as Tecnologias da Informação e Comunicação favorecem

○ surgimento de cada nova tecnologia traz novas modificações em algumas dimensões da nossa inter-relação com o mundo: da percepção da realidade à interação com o tempo e o espaço. O telefone interurbano, por exemplo, há algumas décadas, era um serviço caro, usado para casos extremamente necessários e limitava o tempo de conexão. O crescimento tecnológico das telecomunicações diminuiu o custo das chamadas, e falar para outro estado ou país tornou-se habitual. Com o surgimento do fax e, recentemente, com o correio eletrônico, enviar e receber mensagens e textos está acontecendo de forma instantânea e mais prazerosa.

○ telefone celular vem dando-nos uma mobilidade inimaginável há alguns anos.

Podemos nos conectar com qualquer lugar sem depender de um cabo ou rede física por perto. A miniaturização das tecnologias de comunicação vem permitindo uma grande aleabilidade, mobilidade, personalização (vide walkman, telefone celular, notebook, modem, dentre outros), que facilitam a individualização dos processos de comunicação e o estar sempre disponível (alcançável), em qualquer lugar e horário. Essas tecnologias portáteis expressam de forma patente a ênfase do capitalismo no individual mais do que no coletivo, a valorização da liberdade de escolha, do poder agir, seguindo a própria vontade. Elas vêm de encontro às forças poderosas, instintivas, primitivas dentro de nós, às quais somos extremamente sensíveis e que, por isso, conseguem fácil aceitação social.

A tecnologia de redes eletrônicas modifica profundamente o conceito de tempo e espaço. Pode-se morar em um lugar isolado e estar sempre ligado aos grandes centros de pesquisa, às grandes bibliotecas, aos colegas de profissão, aos inúmeros serviços. É possível fazer boa parte do trabalho sem sair de casa; levar o notebook para a praia e, durante o descanso, pesquisar, comunicar-se, trabalhar com outras pessoas a distância. São possibilidades reais inimagináveis em pouquíssimos anos e que estabelecem novos elos, situações, serviços que dependerão da aceitação de cada um, para efetivamente funcionar.

Cada inovação tecnológica bem sucedida modifica os padrões de lidar com a realidade anterior, muda o patamar de exigências do uso. Com o aumento do número de câmeras, torna-se normal mostrar, no futebol, vôlei ou basquete, a mesma cena de vários pontos de vista, de vários ângulos diferentes. Quando isso não acontece, quando um gol não é mostrado muitas vezes e de diversos ângulos, sentimo-nos frustrados e cobramos providências. Antes do replay, precisávamos ir ao campo para assistir a um jogo.

Nossas expectativas vão modificando-se com o aperfeiçoamento da tecnologia. Uma mudança significativa - que vem acentuando-se nos últimos anos - é a necessidade de nos comunicar através de sons, imagens e textos, integrando mensagens e tecnologias multimídia (Moran, 1994).

Estamos passando dos sistemas analógicos de produção e transmissão para os digitais. O computador está integrando todas as telas antes dispersas, tornando-se, simultaneamente, um instrumento de trabalho, de comunicação e de lazer. A mesma tela serve para ver um programa de televisão, fazer compras, enviar mensagens, participar de uma videoconferência.

A comunicação torna-se mais e mais sensorial, mais e mais multidimensional, mais e mais não linear. As técnicas de apresentação são mais fáceis hoje e mais atraentes do que anos atrás, o que aumentará o padrão de exigência para mostrar qualquer trabalho através de sistemas multimídia. O som não será um acessório, mas uma parte integral da narrativa. O texto na tela aumentará a importância, pela sua maleabilidade, facilidade de correção, de cópia, de deslocamento e de transmissão (Brennand, 2002).

5. As mudanças nos perfis de formação

As escolas estão caminhando de forma muito lenta no processo de incorporação das tecnologias da informação e comunicação, quando comparadas aos outros setores sociais. A idéia é de que, com a exploração dessa “estrada”, alunos, conectados de suas residências, possam fazer suas tarefas de casa ou trabalhos em grupo de forma interativa, e os professores possam atuar mais como mediadores do conhecimento. Os trabalhos, tanto de alunos quanto de professores, serão transformados em documentos eletrônicos para futuras consultas e o compartilhamento com outras culturas (Brennand, 2002).

Existem oportunidades e perspectivas, porém existem também muitos perigos com que os administradores, diretores, professores e pais deveriam estar preocupados e debatendo como, por exemplo, o livre acesso a “sites” com problemas étnicos ou pornográficos. Com a perspectiva acima colocada sobre o uso das redes, precisamos aumentar as necessidades de instrumentalização, preparação e atualização dos professores para enfrentar os novos desafios da era da telemática. Os benefícios do uso das redes eletrônicas estão diretamente relacionados às novas formas de aprendizado em que a interação, o acesso ilimitado às informações, que podem se transformar em conhecimento, a questão interdisciplinar e colaborativa somam-se na tentativa de redimensionar os modelos educacionais.

A educação, como elemento significativo do processo da formação humana, está sofrendo os impactos das transformações nas dinâmicas da produção/disseminação do conhecimento. O conhecimento, o dado, o símbolo trafegam nesse gigantesco jogo de espelhos do sistema digital que enfaixa o planeta de fibras óticas e povoa o espaço com satélites. Esse processo está mudando a importância e a qualidade da educação. A interconexão desse movimento tem provocado mudanças singulares nos perfis de competência dos indivíduos e, conseqüentemente, uma mutação na física da comunicação. A emergência paradoxal dos novos processos de produção e disseminação da informação e do conhecimento coloca como grande desafio à educação: a necessidade de repensar seus fundamentos e recriar métodos, isto é, aportes científicos fundamentais para a formação de indivíduos competentes, capacitados para lidar com as características históricas, sociais e políticas atuais (Brennand, 2002). Como processos sociais em constante mudança, essas dimensões estabelecem entre si um conjunto de conexões simbólicas, dando forma a novos processos de comunicação, seja dentro do ciberespaço das redes digitais, seja no espaço de comunicação não-midiático, isto é, das relações humanas propriamente ditas.

Os desafios, entretanto, não perpassam somente a base da escola, instituições de ensino e o sistema educacional em geral. Envolvem mudanças nos segmentos empresariais, sindicatos, meios de comunicação, movimentos comunitários, igrejas e outras que participam da formação de atores sociais (Dowbor, 2000) e contribuem com ela.

Nesse contexto, o processo ensino-aprendizagem não pode mais se pautar na

organização, classificação e no ordenamento de determinados conteúdos, mas na reestruturação das formas de imagens dinâmicas que se modificam por intermédio das realidades virtuais. As tecnologias simulam universos físicos, transformam modelos de compreensão do real, já que o virtual, como evolução das técnicas de figuração, conduz a uma ruptura das formas de representação da realidade. As discussões sobre as novas tecnologias da imagem suscitam reflexões profundas, uma vez que sua utilização massiva coloca em crise o sistema de representação, quando se torna uma repetição programada e calculada no jogo comunicacional (Parente, 1999). Para que as novas gerações possam pisar e reformular os espaços, a educação deverá favorecer, ao mesmo tempo, os aprendizados personalizados e o aprendizado cooperativo em rede (Lévy, 1999).

No âmbito desse processo, o docente vê-se chamado a tornar-se um animador dos espaços do saber, em vez de um transmissor direto de pacotes de conhecimentos. Assim, reformas metodológicas são indispensáveis no sentido de proporcionar o reconhecimento do aprendido. Ainda que as pessoas aprendam em suas experiências profissionais e sociais, a educação não pode prescindir da sua função aglutinadora das competências individuais e sociais.

Devido à velocidade deste processo, não poderemos dispensar muito tempo na reconstrução teórica de um novo modelo. É urgente aglutinar competências e contribuições em ações concretas de experimentação com vistas a reinventar novas formas de abordagens epistemológicas, conceituais e metodológicas, no sentido de redirecionar o educativo dentro dos processos de educação informal, na escola fundamental, no ensino médio e na Universidade.

Nesse sentido, entra em órbita a perspectiva de utilização dos elementos do ciberespaço para redefinição de estratégias de inserção educacional de crianças, jovens e adultos brasileiros marginalizados do acesso à educação formal. A possibilidade de articulação descentralizada de projetos e ações pode ajudar a reconstruir espaços de formação e colocar o conhecimento e a educação como potencializadores de espaços participativos e educativos locais.

6. O uso pedagógico da Internet

Segundo Ramal (2002), pesquisadora neste domínio, a utilização do computador e da Internet no ensino vem decretar a substituição do professor-transmissor de conteúdos, parado no tempo, por um professor estrategista da aprendizagem, que precisa conhecer a psicologia e a ecologia cognitivas de seu tempo para poder criar estratégias de aprendizagem no ambiente do computador. Ramal (2002) também destaca que a transmissão de dados no ensino passará a ser feita pelo computador de um modo muito mais interessante: com recursos de animação, cores e sons, em que o aluno terá papel ativo, com maior autonomia, buscando os temas nos quais deseja se aprofundar.

Esses novos papéis exigem mudanças nos cursos de formação docente: abertu-

ra permanente ao novo, olhar crítico no momento de selecionar as informações, sintonia com os desafios de cada momento e atenção constante aos processos educativos, tanto quanto aos resultados. O percurso que cada aluno tiver empreendido, a sua forma de navegação pelo universo do saber, será o contexto do qual o orientador de estudos terá que partir para traçar os próximos links da rede de construção coletiva do pensamento.

Todas essas transformações podem e devem ser consideradas positivas e naturais, uma vez que acompanham o desenvolvimento da sociedade. O aprendizado escolar, pouco a pouco, deixa de ser analógico para se tornar digital. Cabe aos profissionais da educação utilizar essa poderosa ferramenta, que é a Internet, de forma a democratizar, ao máximo, o conhecimento. Ao mesmo tempo, as questões relativas aos investimentos em tecnologia devem ser planejadas de forma a darem oportunidades igualitárias de acesso às tecnologias e ao ensino. Assim, a Internet pode ajudar a decretar o fim da escola de portas fechadas e cercada por muros, abrindo espaço para uma nova escola, a da multiplicidade, do hipertexto, do link, das janelas abertas e das salas de aula conectadas com o mundo. Com certeza, o nascer desta escola do terceiro milênio, aberta e consciente, está sendo muito esperado por todos.

A Internet é um meio que poderá conduzir-nos a uma crescente homogeneização da cultura, de forma geral; é, ainda, um canal de construção do conhecimento a partir da transformação das informações pelos alunos e professores.

A utilização pedagógica da Internet é um desafio que os professores e as escolas estarão enfrentando neste final de século, pois ela apresenta uma concepção socializadora de informações.

A Internet tem cada vez mais atingido o sistema educacional e as escolas. As redes são utilizadas no processo pedagógico para romper as paredes da escola, bem como para que aluno e professor possam conhecer o mundo, novas realidades, culturas diferentes, desenvolvendo a aprendizagem através do intercâmbio e do aprendizado colaborativo. E por que o trabalho colaborativo e o uso da Internet são importantes para a formação dos estudantes? Com o rápido crescimento do processo de globalização, vários problemas estão afetando muitos países ao mesmo tempo. Questões como inflação e meio-ambiente têm preocupado diferentes autoridades em todo o mundo. E também, com o assustador crescimento do conhecimento, torna-se impossível para o aluno e o professor dominarem tudo. Assim, o trabalho em equipe e a Internet oferecem uma das mais excitantes e efetivas formas de capacitar os estudantes ao processo colaborativo e cooperativo e, ainda, desenvolver a habilidade de comunicação.

Aprendizagem colaborativa, segundo Lévy (2002), é muito mais significativa quando os estudantes podem trabalhar com alunos de outras culturas, podendo entender e perceber novas e diferentes visões de mundo, ampliando, assim, seu conhecimento. Na dimensão continental do Brasil, podemos falar de muitas culturas entrelaçadas. Dependendo da região e da forma de colonização a que foi submeti-

da, nuances culturais diversas podem ser assinaladas.

A colonização portuguesa, as invasões francesas e holandesas, por exemplo, deixaram marcas culturais que podem ser identificadas em diversas regiões. As colônias italianas e alemãs, no sul do país, por exemplo, mostram escolas que alfabetizam em duas línguas. Não podemos dizer que existe uma cultura brasileira, mas culturas brasileiras.

Os estudantes, trabalhando como colaboradores em projetos dentro ou fora das escolas podem medir, coletar, avaliar, escrever, ler, publicar, simular, comparar, debater, examinar, investigar, organizar, dividir ou relatar os dados de forma cooperativa com outros estudantes. Porém, é importante lembrar que os professores devem trabalhar com metas comuns e que a colaboração em sala de aula é o primeiro passo em direção à cooperação global.

As tecnologias de comunicação não mudam necessariamente a relação pedagógica. Tanto servem para reforçar uma visão conservadora, individualista, como uma visão progressista. O educador autoritário utilizará o computador para reforçar ainda mais o seu controle sobre os educandos. Por outro lado, uma mente aberta, interativa, participativa encontrará nas tecnologias ferramentas importantes de ampliação e interação.

As tecnologias de comunicação não substituem o professor, mas modificam algumas das suas funções. A tarefa de passar informações pode ser deixada aos bancos de dados, livros, vídeos, programas em CD. O professor se transforma agora no estimulador da curiosidade do aluno por querer conhecer, por pesquisar, por buscar a informação mais relevante (Brennand, 2002). Num segundo momento, coordena o processo de apresentação dos resultados, pelos alunos. Depois, questiona alguns dos dados apresentados, contextualiza os resultados, adapta-os à realidade dos alunos, questiona os dados apresentados. Transforma informação em conhecimento e conhecimento em saber, em vida, em sabedoria -o conhecimento com ética.

As tecnologias permitem um novo encantamento na escola, ao abrir suas paredes e possibilitar que alunos conversem e pesquisem com outros alunos da mesma cidade, país ou do exterior, no próprio ritmo. O mesmo acontece com os professores. Os trabalhos de pesquisa podem ser compartilhados por outros alunos e divulgados instantaneamente na rede para quem quiser. Alunos e professores encontram inúmeras bibliotecas eletrônicas, revistas on line, com muitos textos, imagens e sons, que facilitam a tarefa de preparar as aulas, fazer trabalhos de pesquisa e ter materiais atraentes para apresentação.

O professor pode estar mais próximo do aluno. Pode receber mensagens em que expressem suas dúvidas, pode passar-lhes informações complementares. Pode adaptar a sua aula para o ritmo de cada aluno, procurar ajuda em outros colegas sobre problemas que surgem, novos programas para a sua área de conhecimento. O processo de ensino-aprendizagem pode ganhar, assim, um dinamismo, inovação e poder de comunicação inusitados.

O reencantamento, enfim, não reside principalmente nas tecnologias - cada vez mais sedutoras - mas em nós mesmos, na capacidade de nos tornarmos pessoas plenas, num mundo em grandes mudanças e que nos solicita a um consumismo devorador e pernicioso. É maravilhoso crescer, evoluir, comunicar-se plenamente com tantas tecnologias de apoio. É frustrante, por outro lado, constatar que muitos só utilizam essas tecnologias nas suas dimensões mais superficiais, alienantes ou autoritárias. O reencantamento, em grande parte, vai depender de nós (Moran, 1994).

A linguagem diversificada da multimídia deverá ser utilizada, em países em desenvolvimento como o Brasil, para abrir espaços de participação e ampliar benefícios sociais. Os códigos e a dinâmica da sociedade da informação deverão ser potencializados para reforçar o acesso aos direitos, redirecionar projetos de identidade autônomos, viabilizar o acesso às informações, interagir com elas e superá-las com outras inovações. Por conseguinte, a educação, em todos os níveis, poderá indicar caminhos, abrir clareiras e ajudar a construir redes de mudança social. A educação, na nova sociedade da informação, deverá potencializar um projeto de convivência integrada com os outros espaços sociais e as mais recentes tecnologias. Ao se tornar uma fomentadora da formação ampla dos indivíduos será uma ferramenta indispensável na construção de redes populares de produção e disseminação de saberes múltiplos, interativos, multifacetados (Brennand, 2002).

7. A docência e a internet

Do ponto de vista de Moran (1994), a Internet é um suporte didático facilitador da ação para professores inquietos, atentos a novidades, que desejam atualizar-se, comunicar-se mais. Mas ela será um tormento para o professor que se acostumou a dar aula sempre da mesma forma, que fala o tempo todo na aula, que impõe um único tipo de avaliação.

Esse professor provavelmente achará a Internet muito complicada – há demasiada informação disponível – ou, talvez pior, irá procurar roteiros de aula prontos – e já existem muitos – e os copiará literalmente, para aplicá-los mecanicamente na sala de aula. Esse tipo de professor continuará limitado antes e depois da Internet, só que a sua defasagem se tornará mais perceptível. Quanto mais informações disponíveis, mais complicamos o processo de ensino-aprendizagem. O ensino pela Internet promete transformar-se em uma nova e promissora alternativa para quem deseja (ou precisa) aprender mais e está limitado pelo tempo ou pelas circunstâncias pessoais. As pessoas têm acesso a uma forma de educação, com a facilidade de adquirir conhecimento sem saírem de casa, ou mesmo do trabalho.

A cada dia, surgem mais sites que oferecem cursos de especialização, expansão, graduação e até pós-graduação pela Internet. A tela informática é uma nova máquina de ler, o lugar onde uma reserva de informação possível vem se realizar por seleção, aqui e agora, para um leitor particular. Toda leitura em computador é uma

edição, uma montagem singular.

Presidindo aos tipos de interações entre os indivíduos, as regras do jogo social modelam a inteligência coletiva das comunidades humanas, assim como as aptidões cognitivas das pessoas que delas participam.

Para Lévy (1999), a dimensão social da inteligência está intimamente ligada às linguagens, às técnicas e às instituições, notoriamente diferentes, conforme os lugares e as épocas e entre todos os fatores que coagem a inteligência coletiva. As tecnologias intelectuais – que são os sistemas de comunicação, de escrita, de registro e de tratamento da informação – desempenham um papel considerável.

O redimensionamento das práticas educativas só ocorrerá mediante o desenvolvimento da consciência crítica do educador que, ao se apropriar da influência das novas tecnologias e inserir as mídias como ferramentas pedagógicas, terá um novo papel de articulador de novas formas de ensinar e aprender de forma mais dinâmica e articulada com o desenvolvimento científico e tecnológico.

Através da Internet, a formação do educador poderá se transformar numa possibilidade concreta de criar espaços de participação e reflexão, para que se adapte à convivência com as mudanças e as incertezas, e que descubra, pouco a pouco, suas novas forças de resistência e de luta, incorporadas pela integração entre outros grupos.

Ao apontar as possibilidades das redes no processo de formação docente, Kenski (2003) diz que as velozes transformações tecnológicas da atualidade impõem novos ritmos e dimensões à tarefa de ensinar e aprender. É preciso que o educador esteja em permanente estado de aprendizagem e de adaptação ao novo.

Não existe mais a possibilidade de se considerar a pessoa totalmente formada, independentemente do grau de escolarização alcançado. Além disso, múltiplas são as agências que apresentam informações e conhecimentos a que se pode ter acesso, sem a obrigatoriedade de deslocamentos físicos até às instituições tradicionais de ensino para aprender. Escolas virtuais oferecem vários tipos de ensinamentos on-line, além das inúmeras possibilidades de se estar informado, a partir das interações com todos os tipos de tecnologias.

A autora ainda assinala que a apreensão do conhecimento, na perspectiva das novas tecnologias eletrônicas de comunicação e informação, ao ser assumida como possibilidade didática, exige que, em termos metodológicos, também se oriente a prática docente a partir de uma nova lógica. A solução está em mudarmos as nossas percepções e não, apenas, as nossas teorias. Compreender este novo mundo com uma nova lógica, uma nova cultura, uma nova sensibilidade, uma nova percepção. Não mais, apenas, a perspectiva estrutural e linear de apresentação e desenvolvimento metodológico do conteúdo a ser ensinado; tampouco, a exclusiva perspectiva dialética. Uma outra lógica, baseada na exploração de novos tipos de raciocínio nada excludentes, em que se enfatizem variadas possibilidades de encaminhamento das reflexões, estimule-se a possibilidade de outras relações entre áreas do conhecimento aparentemente distintas. A apropriação dos conhecimen-

tos neste novo sentido envolve aspectos em que a racionalidade se mistura com a emocionalidade; em que as intuições e percepções sensoriais são utilizadas para a compreensão do objeto do conhecimento em questão.

Nesta abordagem, alteram-se principalmente os procedimentos didáticos, independentemente de uso, ou não, das novas tecnologias em suas aulas. É preciso que o professor, antes de tudo, posicione-se não mais como o detentor do monopólio do saber, mas como um parceiro, um pedagogo, no sentido clássico do termo, que encaminhe e oriente o aluno diante das múltiplas possibilidades e formas de se alcançar o conhecimento e de se relacionar com ele. Assim, no sentido etimológico, a pedagogia significa a viagem da criança em direção às fontes do saber. Até agora existiam lugares de saber, um campus, uma biblioteca, um laboratório, entre outros. Com os novos meios, é o saber que viaja. É essa inversão transforma completamente a idéia de classe ou de campus.

8. Considerações Finais

Nesse processo de cultura global, em que o saber navega por vias nunca antes imaginadas, os conceitos de tempo e espaço de aprendizagem sofre mudanças significativas. A mobilização dos cidadãos é tão multidimensional quanto a pluralidade e a espontaneidade dos empreendimentos humanos. Organizações e movimentos sociais estão presentes por toda parte, combinando, desde pequenos projetos, a nível local e comunitário, até ações de maior visibilidade e impacto, em escala global. As iniciativas podem ser permanentes ou efêmeras, podem ter um impacto social importante ou revestir-se de uma quase invisibilidade. O resultado de muitas ações que envolvem o esforço paciente de pequenos núcleos de indivíduos implica energia e recursos de organizações bem estruturadas, ou qualquer combinação desses diferentes fatores, dependendo das necessidades do momento.

No âmbito da educação, os impactos desse processo têm ocasionado a necessidade de revisão de metodologias para adequação do ato de ensinar-aprender, utilizando dispositivos multimidiáticos. O termo “a distância”, após a Internet está sendo repensado. O termo distância, embora indique a separação física entre sujeitos, não implica mais impossibilidade de comunicação. A comunicação educativa não exclui o contato direto dos alunos entre si, ou do aluno com alguém que possa apoiá-lo no processo de aprendizagem. A esse tipo de contato direto, os teóricos do ensino a distância chamam de presencialidade.

Haver ou não momentos de presencialidade no processo de aprendizagem é uma questão de estratégia, de plano de ação, de tomada de decisão. Não se trata, pois, de algo que tenha a ver com os fundamentos do processo: o fato de se preverem momentos presenciais depende das condições dadas para a concretização do ensino a distância.

Há que se ressaltar que, quando incluída no ensino a distância, a presencialidade tem sua função revista, bem como a frequência, os objetivos e a forma das

situações presenciais de contato dos alunos entre si e dos alunos com aqueles que os apóiam ao longo do processo de aprendizagem. Há esquemas operacionais de ensino a distância em que os educadores se encontram diariamente, não em termos obrigatórios, com um tutor ou orientador de aprendizagem para assistir a algum programa em vídeo, para receber algum tipo de material, para resolver um problema etc; há outros em que os educadores se reúnem periodicamente para debater assuntos que estejam estudando - reuniões em que haja ou não a presença de um tutor.

As listas de discussão, os chats, os fóruns on-line levam à redefinição dos conceitos de tempo/espaço/distância. A presencialidade na comunicação não depende somente da presença física, em um espaço físico determinado. As redes eletrônicas estão estabelecendo novas formas de comunicação e de interação, em que a troca de idéias grupais, essencialmente interativa, não leva em consideração as distâncias físicas e temporais. A vantagem é que as redes trabalham com grande volume de armazenamento de dados, transportam grandes quantidades de informação em qualquer tempo e espaço e em diferentes formatos. Os professores estão sendo convocados para entrar neste novo processo de ensino e aprendizagem, nesta nova cultura educacional, onde os meios eletrônicos de comunicação são a base para o compartilhamento de idéias e ideais em projetos colaborativos.

Cabe, em tais instituições, a realização de esforços que resultem na percepção do ensino presencial e do ensino a distância como partes integrantes do mesmo projeto educacional, e não, partes isoladas que competem entre si “por um lugar ao sol”. O que importa é que ambas as estratégias possam contribuir para ampliar, em qualidade e em quantidade, as oportunidades educacionais que a instituição coloca à disposição da sociedade.

Esse esforço reveste-se da necessidade de um gerenciamento único das ações presenciais e “a distância”, além disso, do envolvimento de todos os agentes educacionais da instituição, sejam eles administradores, docentes ou técnicos que apóiam pedagógica ou administrativamente o processo educacional. Esse envolvimento exige, também, o esforço de aprender a lidar com um novo paradigma: no ensino a distância, não há espaço para aulas - o espaço é da tutoria; nessa estratégia de ensino, os materiais “levam” o conteúdo ao aluno, não somente o professor.

Nesse contexto, é preciso considerar que a convergência e a integração entre materiais impressos, radiofônicos, televisivos, de informática, de teleconferências, dentre outros, acrescidas da mediação dos professores - em momentos presenciais ou não - criam ambientes de aprendizagem ricos e flexíveis.

As novas estratégias de aprendizagem supõem, cada vez mais, que os professores possam informar, de maneira clara e precisa, que meios de comunicação e informação serão colocados à disposição do aluno – livros-textos, cadernos de atividades, leituras complementares, roteiros, obras de referência, Web-sites, vídeos, ou seja, um conjunto – impresso e/ou disponível na rede – que se articulará com outros meios de comunicação e informação para garantir flexibilidade e

diversidade.

Materiais educacionais de caráter multimídia reativam capacidades, competências cognitivas, habilidades. A idéia é de criar um novo ambiente de aprendizado, que alie educação presencial e virtual, sem que o conhecimento seja criado por um grupo restrito de pessoas, de forma centralizada.

O ciberespaço é um vasto terreno de pesquisa, de informação, de interação mundial em tempo real. Existem muitos mecanismos de interatividade e trabalho em conjunto. Quando existe um vínculo entre as pessoas, esse trabalho fica interessante. Se não há esse o vínculo, é um trabalho empobrecido. Reconhecer o potencial educativo da rede não significa dizer que a Internet será sempre a melhor mídia para o ato de ensinar-aprender.

Notas

¹ Em seu artigo 81, a lei permite a organização de cursos e instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições da LDBEN. No ano de 2001, o então ministro da educação, Paulo Renato de Souza, considerando o disposto no artigo 81 da LDBEN/96, no artigo 1 do decreto 2494 de 10/02/98, criou a portaria 2253 de 18/10/2001 que, em seu artigo 1, permite às IES do Sistema Federal de Ensino introduzirem a oferta de disciplinas que, em todo ou em parte, utilizem o método não presencial. Ainda no seu primeiro parágrafo do artigo 1, a portaria diz que tais disciplinas do currículo de cada curso não poderão exceder 20% do tempo previsto para integralização do respectivo curso (BRASIL, 2001).

Referências Bibliográficas

- Bolaño, C. R. S.; Lima, M. de F. M (1999). Educação a Distância e Tecnologias da Informação e da Comunicação: um trabalho intelectual. Comunicação apresentada na III Jornada de Educación a Distancia Mercosur/Sul. Osorno, Chile
- Brasil (2001). Portaria no 2.253. Diário Oficial União. Brasília, DF, 19 out. 2001. Seção 1, p. 18.
- Brennand, E. G. de Góes (2002). As tendências pedagógicas na educação brasileira. João Pessoa: UFPB, (Série Sala da Aula).
- Brennand, E. G. de Góes (2002). Admirável Mundo Virtual. João Pessoa: UFPB. CD-ROM.
- Castells, M. (1999). A sociedade em rede. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Censo Escolar 2003. MEC/INEP, Brasília, DF.
- Delors, J. Educação: um tesouro a descobrir (2000). Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 4 ed. São Paulo: Cortez.
- Fonseca, M (1999). O Banco Mundial e a Educação a Distância. In: PRETTO, Nelson de Luca (Org.). Globalização e mercado de trabalho: tecnologias de comunicação, educação a distância e sociedade planetária. Ijuí: UNIJUÍ.
- Gadelha, M. Número de cursos superiores a distância deve aumentar. Folha Dirigida. Rio de Janeiro, 1 out. 2002. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/publique/>>. Acesso em: 6 maio 2003.
- Lévy, P. (2002). O que é virtual. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Lévy, P. (1999). As tecnologias da inteligência. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Lévy, P. (1999). A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola.
- Moran, J. M (1994). Interferências dos meios de comunicação no nosso conhecimento. Revista Brasileira de Comunicação do XVII Congresso da INTERCOM. São Paulo, jul./dez., p. 38-49.
- Ramal, Andréa Cicília (2002). Educação na Ciberultura. Tema Livre. Secretaria de Educação do Estado da Bahia/ Instituto Anísio Teixeira, Centro de Aperfeiçoamento de Professores, Ano v, nº 58.